

NOMADSUSP

A habitação popular no Rio de Janeiro
Pietra Perry. 2002

como citar este texto:

PERRY, P. A habitação popular no Rio de Janeiro - 1870 a 1910. Monografia - disciplina SAP-5846 Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida. São Carlos:EESC-USP, 2002. 210mmX297mm. 35p. Ilustr. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>
Acessado em: dd / mm / aaaa

RESUMO

Este trabalho faz um histórico das habitações populares no Rio de Janeiro durante os anos 1870 a 1910. Aborda as intervenções higienistas na cidade como a construção de avenidas e vilas operárias, apresentando imagens pouco conhecidas, com grande rigor histórico.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Engenharia de São Carlos

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Monografia para o aproveitamento da disciplina:

HABITAÇÃO, METRÓPOLES E MODOS DE VIDA: Uma relação moderna.

1o semestre de 2002

Prof. Dr. Marcelo Tramontano

Aluna: Pietra Perry



A habitação popular no Rio de Janeiro – 1870 a 1910

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Engenharia de São Carlos
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Monografia para o aproveitamento da disciplina:
HABITAÇÃO, METRÓPOLES E MODOS DE VIDA: Uma relação
moderna.

1o semestre de 2002

Prof. Dr. Marcelo Tramontano

Aluna: Pietra Perry



A habitação popular no Rio de Janeiro –1870 a 1910.

INTRODUÇÃO.....	03
O RIO DE JANEIRO E A CAPITAL FEDERAL: O PRESENTE PROBLEMATICO E UM FUTURO PROMISSOR.....	04
A HABITACÃO POPULAR.....	09
A SUBSTITUIÇÃO DAS HABITACÕES POPULARES INSALUBRES POR HABITACÕES HIGIÊNICAS: AS VILAS OPERARIAS E AS AVENIDAS.....	09
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
BIBLIOGRAFIA.....	27
NOTAS.....	32

Numa tentativa de conciliar o conteúdo programático da disciplina e a pesquisa¹ que estamos desenvolvendo, a proposta inicial deste estudo é uma análise das formas de habitação popular na cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas da República.

Nessa época, a cidade do Rio de Janeiro, por sua condição de capital, foi a primeira a experimentar as medidas reformuladoras da política republicana, que incluíam uma profunda reestruturação do seu espaço urbano. Com o objetivo maior de transformar as feições coloniais da cidade em uma moderna metrópole capitalista de ares europeus, o foco principal foi o centro da cidade. Esta região que deveria se tornar o setor financeiro e comercial da capital era, entretanto, sua região mais populosa. Ao lado da política urbana, pensava-se e elaborava-se também uma política habitacional.

Como já se verificou, grande parte da população pobre residia em precárias habitações coletivas nesta área². A política urbana respaldada pela medicina higienista, que denunciava a insalubridade do ambiente das moradias coletivas como um preocupante veículo das epidemias que assolavam o Rio de Janeiro, efetuou um truculento processo de desmonte destas habitações populares da região central.

Neste processo, as antigas moradias coletivas populares consideradas insalubres, devêriam ser substituídas por habitações higiênicas. Partindo desse questionamento da habitação popular feito pelas elites dirigentes da sociedade - os médicos higienistas e os engenheiros reformadores - a proposta deste estudo é também compreender este novo olhar sobre o homem e seu habitat, compreender o universo de questões que motivou esta elite a voltar-se sobre a habitação popular, assim como o conteúdo ideológico das novas propostas de moradia popular para a cidade do Rio de Janeiro: as avenidas e as vilas operárias.

A abolição do trabalho escravo, embora longe de representar uma grande reviravolta nas relações sociais e raciais do país, teve como consequência o enfraquecimento do Governo Imperial, que perdia com esta medida o apoio de seu principal sustentáculo: a elite agrário-exportadora brasileira. Assim, a proclamação da República em 1889, rompe não apenas com uma forma política, mas significa também novos comprometimentos sociais, agora relacionados a uma emergente elite de base mais urbana, que conduz o país ancorada em valores e interesses ligados, principalmente, aos ideais de modernidade e civilização trazidos da Europa.

Pode-se atribuir a este novo projeto de país o grande estímulo à industrialização, ao trabalho livre, e às iniciativas de mercado, num esforço maior de integrá-lo no contexto capitalista internacional. A cidade do Rio de Janeiro, por sua condição de capital, foi a primeira a experimentar as medidas reformuladoras da política republicana, que incluíram uma profunda reestruturação do seu espaço urbano, arquitetônico e habitacional.

Foi sobretudo na segunda metade do século XIX que o Rio de Janeiro inicia seu processo de modernização, e sobre isto a arquiteta Lillian Fessler Vaz³ comenta:

"A modernização da cidade se traduziu no acelerado crescimento urbano, no surgimento de manufaturas e fábricas e dos modernos serviços públicos – sistemas de iluminação a gás (1854), transporte coletivo de trens (1861), esgotos (1862), bondes (1868), abastecimento d'água (1880), telefonia (1881), energia elétrica (1908). Grandes e pequenos capitais foram investidos nestes setores e na produção da cidade, através do loteamento de novas áreas e da construção de casas."⁴

Todas essas melhorias e investimentos na cidade do Rio de Janeiro desencadearam um rápido aumento de sua população. O desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia urbana gerou uma grande demanda de trabalho, que atraiu uma intensa corrente migratória para o Distrito Federal. No final do século XIX, a zona

rural fluminense foi atingida pela decadência da economia cafeeira e grande parte de sua população pobre rumou à nova capital do país em busca de oportunidades de emprego. Foi também durante os primeiros anos da República que milhares de imigrantes portugueses – miseráveis em sua grande maioria – desembarcaram no Rio de Janeiro.

Logo, as novas oportunidades de emprego limitaram-se, em decorrência de uma população proporcionalmente maior do que sua necessidade produtiva. O alto custo de vida em detrimento dos baixos salários, não assegurava às classes populares condições dignas de sobrevivência.⁵

Dessa forma, a moradia tornava-se um sério problema para as camadas menos favorecidas da população, num momento em que esta parcela era reforçada a cada dia por um grande número de novos moradores, já de antemão desabrigados.

No início da República, a vida urbana carioca gravitava em torno da área central. Era ali que moradia e trabalho concentravam-se: porto, armazéns, manufaturas, oficinas, comércio, serviços e administração pública. Para lá convergia uma multidão ao trabalho: funcionários, operários, carregadores, trabalhadores livres e ex-escravos que se ofereciam para as mais variadas tarefas e vendiam os mais variados produtos.

O Centro era o mercado de trabalho e de consumo por excelência, estando ali localizados até mesmo alguns ramos fabris de pequeno porte e baixo nível de mecanização, que produziam bens não duráveis. Na maioria das vezes, era no próprio local de produção que se realizava a venda varejista do produto.

"A estrutura urbana carioca se resumia nesta concentração de usos e populações e só seria alterada devido a uma série de fatores, entre os quais destacamos a entrada em cena dos modernos meios de transporte coletivo, que permitiram a expansão da malha urbana através de bairros residenciais e industriais ao longo de eixos de transporte, e a Reforma Urbana, na administração de Pereira Passos."⁶

A formação dos novos bairros da zona sul, como Copacabana e Ipanema, ou da zona norte, como Vila Isabel e Tijuca, foi determinada pelo estabelecimento de uma linha de bonde, a primeira garantia para uma ocupação efetiva desses locais. A Estrada de Ferro Central do Brasil

possibilitou a ocupação das áreas suburbanas, algumas das quais surgem em função da própria construção de uma estação da ferrovia, como por exemplo Engenho de Dentro, Piedade e Madureira.

No entanto, o bonde e o trem não eram amplamente utilizados pelos pobres. As tarifas para os bondes eram caras, e as linhas férreas foram implantadas mais para atender à movimentação de produtos de importação e exportação, relacionados à atividade portuária, do que para atender a demanda do transporte de passageiros. Dessa maneira, as grandes distâncias, que para muitos ainda eram percorridas a pé, representavam um obstáculo para a ocupação dos subúrbios, e mais uma razão para a sua permanência nas áreas centrais da cidade⁷. Era aí que a maior parte da população pobre residia, em habitações coletivas: cortiços, casas de cômodos, estalagens ou nos fundos de quintal das oficinas e fábricas onde trabalhavam.

Outro fator de intensificação da crise habitacional na cidade foi a valorização cada vez maior da região central: a especulação imobiliária crescia a cada ano, tornando elevadíssimo o valor dos aluguéis, inclusive o dos pequenos cômodos (os que ainda restavam).

Entre 1870 e 1890 a população da cidade do Rio de Janeiro passou de 235.381 para 518.292 habitantes e em 1906 alcançou o número de 805.335 habitantes. Neste período, a taxa de crescimento demográfico foi de 3,48% ao ano.⁸ O início do processo industrializante do Rio de Janeiro coincidiu com o declínio da produção cafeeira no interior fluminense e com a abolição do trabalho escravo, situações que atraíram uma intensa corrente migratória para a cidade.

Esse vertiginoso aumento da população não foi acompanhado por um aumento correspondente de moradias e as novas atividades que surgiam não raro ocupavam espaços antes destinados às habitações. Este problema afetava diretamente as camadas pobres, a maior parcela da população. Com a intensa demanda, os aluguéis elevados e a falta de recursos da população, o uso dos espaços disponíveis intensificou-se, aumentando a densidade habitacional. Assim coloca a questão Paulo César Garcez Marins⁹:

“Novos habitantes, vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país ou dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperiais, e junto a

eles aprenderiam a sobreviver na insalubridade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat."¹⁰

Os acúmulos de moradores tornaram críticas as então precárias condições de higiene das habitações e esta insalubridade na moradia popular foi considerada o principal veículo de propagação das epidemias de cólera e febre amarela que freqüentemente devastavam a capital.

Mais importante que as condições de vida das classes populares, para a economia do país, as epidemias representavam de fato uma praga. Internamente,

ameaçavam a sobrevivência e reprodução da própria mão de obra, e externamente, a fama de insalubridade provocava o cancelamento do porto do Rio das rotas das maiorias dos navios, acarretando prejuízos econômicos e desestimulando a chegada dos imigrantes estrangeiros para a lavoura cafeeira.

Assim, nos projetos de renovação urbana do Rio de Janeiro, as zonas antigas e centrais –consideradas as mais insalubres – tornaram-se prioridade¹¹. Além da fundamental modernização do Porto, as obras deveriam sanear e melhorar as vias de comunicação para adequar o centro comercial ao volume crescente de negócios. Porém, tão importante era embelezar a capital, que deveria refletir a prosperidade e a modernidade republicana.

Neste contexto geral é que foram empreendidas as Reformas Urbanas de Pereira Passos, durante os anos de 1902-1906. No plano político administrativo do prefeito a remodelação da capital esteve em primeiro plano, e assim, o antigo debate sobre o problema da habitação popular intensificou-se¹², como coloca Jaime Larry Benchimol:



FOTO DA AV. CENTRAL,
ANO DE 1912.
FOTO: LUIZ FERREZ

“A renovação urbana recolocou, em proporções dramáticas, a crise habitacional para as camadas populares, um dos traços mais marcantes da vida urbana do Rio de Janeiro desde a segunda metade do século passado: escassez de moradias, aumento dos aluguéis, superlotação e agravamento das condições higiênicas. (...)”¹³

A transformação do Rio de Janeiro, iniciada na administração Pereira Passos, com a abertura de ruas e avenidas, o fechamento de dezenas de cortiços e a demolição de tantos outros, objetivando não só o saneamento, mas também o embelezamento da cidade, colocaria a nu novamente um problema que já se arrastava há mais de três décadas: como e onde alojar as massas de trabalhadores que aumentavam cada vez mais o contingente populacional concentrado na capital do país.



VISTA GERAL DA
ESTALAGEM CHACARA
Nesta estalagem em
1908 (sem)
1908 DE 1908
1908 1908 1908

Traçar um quadro da moradia popular no Rio de Janeiro desta época não é tarefa fácil, pois logo nos deparamos com uma dificuldade na definição do contingente que ocupava essas moradias. Primeiramente, porque boa parcela da população de baixa renda neste período vivia sem domicílio fixo. Muitos moradores mudavam de casa com a mesma frequência com que trocavam de emprego.

“A casa, o espaço doméstico, era uma referência basicamente móvel para essas populações, como o era a sua própria sobrevivência. As construções disponíveis para a moradia popular restringiam-se a obedecer às poucas exigências possíveis diante da pobreza e da própria mobilidade, restando às autoridades apenas multar aqui ou ali os proprietários ou locadores mais desobedientes –uma debilidade que se repetia nos logradouros públicos.”¹⁴

Ainda assim, pode-se afirmar, que a ocorrência mais comum de moradia popular era a habitação coletiva. Segundo relatórios da época: “Por habitações coletivas entendiam-se oficialmente aquelas que, dentro do mesmo terreno, ou sob o mesmo teto, abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes.”¹⁵



Apesar de existirem diferentes tipos do que era identificado como moradia coletiva, o termo “cortiço” virou quase um sinônimo de habitação popular coletiva, e carregava em si um sentido sobretudo pejorativo. Era por excelência, a habitação popular insalubre e promíscua, considerada a causa dos muitos males que assolavam a capital da República.

DIAS ESTABELECE NA
“CORTIÇO”
FOTO: Augusto Malta

“O Cabeça de Porco foi considerado o mais famoso e um dos maiores cortiços do Rio Antigo. Embora tenha sido considerado típico desse gênero de moradia, na realidade foi uma exceção à regra, pois a grande maioria das habitações coletivas do século XIX era constituída de pequenas estalagens, com menos de dez quartos ou casinhas.”¹⁶



ESTALAGEM NA RUA
CARMO ANTIGO,
RIO ANTIGO,
ANO DE 1904.

Podemos dizer que as habitações coletivas assumiram diversos nomes, correspondendo a diferentes formas arquitetônicas e conteúdos ideológicos distintos, como por exemplo: estalagens, casas de cômodos, e posteriormente, avenidas. Estas formas de habitação foram definidas e descritas no relatório apresentado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores J. J. Seabra, elaborado pelo engenheiro civil Everardo Backheuser no ano de 1906. Neste documento oficial, intitulado “Habitações Populares”, são definidas e descritas estas diversas formas de habitação. Com intuito de evidenciar o aspecto insalubre e promíscuo de tais moradias, e a conseqüente necessidade da sua erradicação, o discurso do engenheiro é carregado de adjetivos pejorativos que tendem a justapor a degradação do ambiente físico com a degradação moral e social do indivíduo que nele habita. Ainda assim, transparece no documento a precariedade e o improvisado das moradias populares. Sobre as estalagens, Backheuser comenta:

“Pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de registros de santos e anúncios de cores gigantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos.”¹⁷

De um modo mais geral, as estalagens eram grupos de minúsculas casa térreas divididas em sala e alcova, com cozinha interna ou externa – o tipo mais comum eram os “quartos” ou “casinhas” de porta e janela –

em forma de “u” ou enfileirados de um ou dos dois lados dos quintais, formando um pátio ou corredor de acesso. Os banheiros, pias e latrinas eram de uso coletivo e, na maioria das vezes, em número insuficiente.

Há notícias sobre as estalagens desde a primeira metade do século XIX, mas foi apenas em meados do



CORTIÇO NEGRO DO
CASTELO.
ANO DE 1903
REVISTA Arquitect. 1903

século que elas se multiplicaram, e que também se difundiu o nome “cortiço” para este tipo de moradia. Sua construção foi proibida ainda no século XIX.

Já o cortiço, ou estalagem antiga, segundo mesmo relatório, era definido por: “Habitação coletiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum.”¹⁸

Apesar das semelhanças com a estalagem, Backheuser vê no cortiço um ambiente físico e moral mais degradado:

“As estalagens antigas tem um aspecto mais primitivo, mais grotesco, mais mal acabado. São ligeiras construcções de madeira, que o tempo consolidou pelos concertos clandestinos, atravancadas nos fundos dos prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende difficilmente por escadas ingremes(sic), circundado também por varandinhas de gosto exquisito e contextura ruinosa. Isto que ahi fica resumido é o ‘cortiço’.”¹⁹

As casas-de-alugar-cômodos, que ficaram conhecidas como casas-de-cômodos, eram térreas ou sobrados subdivididos internamente, que surgiram no final do século XIX. Podemos compreender este tipo de moradia também como um reflexo da crise habitacional da cidade. Depois que os espaços vazios dos quintais ou fundos dos lotes foram

ocupados para a construção dos quartos, começou uma nova ocupação dos espaços já edificados.

Estas casas foram antigos palacetes e residências nobres nos tempos da Colônia ou do Império e moradias das elites, que haviam deixado o centro mudando-se para os emergentes bairros da zona sul, como Botafogo e Copacabana, ou em direção à zona norte, para os bairros da Tijuca e Vila Isabel. A ocupação efetiva destes bairros foi possível a partir da



CASA DE CÔMODOS N.
CAMERINO
DE 1938
10. Augusto Maria.

ampliação e modernização do sistema de transporte coletivo, que ocorreu também durante a última década do século XIX.

As casas de cômodos, consideradas dentre as habitações coletivas, as de piores condições higiênicas, eram definidas como:

"[...] prédios grandes ou mesmo pequenos, com divisões de madeira, cujos aposentos são alugados com ou sem mobília, por tempo indeterminado, a indivíduos solteiros, de qualquer sexo, e a pequenas famílias de diversas classes sociais, quase sempre em más condições de higiene e asseio, onde não se encontra o dono ou seu principal responsável, ficando assim completamente abandonadas."²⁰ Ou ainda:

"E assim reunida, aglomerada, essa gente –trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa-freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casas-de-cômodos, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um cem número de tapumes de madeira, até nos vãos de telhado e entre a cobertura carcomida e o forro carunchoso."²¹

Estas eram as formas possíveis de aproveitamento do restrito espaço disponível nas antigas freguesias centrais. Lotes e casas foram transformados respectivamente em estalagens e casas de cômodos. Apesar de diferentes na forma, eram iguais em essência. Ambas foram indistintamente chamadas de cortiços e possuíam os mesmos elementos de uso coletivo: W.C. banheiro, tanque e pátio ou corredor.

A mais completa fonte documental oficial sobre as habitações populares é o relatório de Everardo Backheuser -o utilizado neste estudo

– e sobre ele, o historiador Sidney Chalhoub faz uma importante ressalva:

“(...) a descrição de Backheuser é preciosa porque nos informa acerca da divisão do espaço interno das casinhas de estalagem e do uso que os moradores faziam de uma área tão reduzida; temos, assim, acesso a alguns costumes e concepções populares sobre a moradia no período. (...) O que se extrai do texto de Backheuser é que o elemento decisivo na identificação de uma habitação coletiva como um cortiço era mesmo o julgamento do observador(...) Todos esses elementos são obviamente subjetivos –isto é, sujeitos a avaliações radicalmente distintas dependendo dos interesses ou do ponto de vista do observador.”²²

Além das modalidades descritas acima, generalizadas pelo pejorativo termo cortiço, havia várias outras formas de habitação popular. Assim conclui a arquiteta Lilian Fessler Vaz:

“Os dados estatísticos indicam que a esmagadora maioria da população carioca podia ser considerada pobre, mas apenas uma parte desta camada popular habitava os cortiços. Com efeito, apesar da pouca confiabilidade dos dados disponíveis, há entre eles uma certa coerência, pois apontam para uma pequena, mas crescente parcela de moradores em habitações coletivas: 9,95% da população em 1869; 11,72% em 1888 (estatísticas higienistas); cerca de 17% em 1890 (estimativa da construção civil); cerca de 20% em 1891 (estimativa higienista); aproximadamente 25% em 1890 (estudos recentes).”²³

Constatando que apenas uma pequena parte da população do Rio de Janeiro foi quantificada residindo em habitação coletiva, Lilian Fessler Vaz, descobre uma série indícios que apontam para outras alternativas de moradia que, certamente, abrigavam um significativo contingente da população pobre.

Uma delas era a oferta de quartos de aluguel em residências particulares. Os espaços alugados e o número de locatários definiam modalidades diferentes de moradias. Um mesmo sobrado podia ser, em momentos diferentes, uma “casa de família” em que se alugavam quartos, hospedarias baratas, ou ‘casas de dormida’, também conhecidas por ‘zungas.’ Nestes locais alugavam-se camas, vagas ou esteiras (até mesmo parte delas) por noite. No interior dessas casas particulares, além dos quartos, outros espaços foram utilizados para alugar, como os sótãos e os porões.

Eram nas freguesias mais centrais, ocupadas desde o início do século XIX pelas atividades comerciais, artesanais e manufatureiras da

Tabela 4 - Número de Habitantes por Estalagens nas Freguesias (1888)

TABELA 4

Freguesias	Número de estalagens	Número de quartos ou casinhas	Habitantes	Médias		Condições Higiênicas					
				Habitantes por Estalagens	Habitantes por quartos	Boas	Regulares	Sofríveis	Más		
									Quantidade	Número de Quartos	Habitantes
Sacramento	74	1.201	1.818	24.5	1.5	8	16	-	50	728	1.115
Candelária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. José	74	1.822	3.957	53.4	2.1	8	35	10	21	396	888
Santa Rita	66	1.378	2.811	42.5	2.0	17	33	8	8	85	167
Santana	329	4.949	13.055	39.6	2.8	122	143	-	64	1.222	2.965
Santo Antônio	115	2.415	6.269	54.5	2.5	22	51	11	31	548	1.386
Espírito Santo	158	1.914	5.360	33.9	2.8	1	5	126	26	351	740
São Cristóvão	100	944	2.250	22.5	2.3	28	44	21	7	58	86
Engenho Velho	72	796	2.088	29.0	2.6	10	36	-	26	254	627
Engenho Novo	44	287	693	15.7	2.4	9	19	-	16	100	212
Glória	154	2009	5268	34.2	2.6	40	82	-	32	395	812
Lagoa	119	1038	2508	21.0	2.4	14	17	47	41	379	768
Gávea	26	113	603	23.1	5.3	12	9	-	5	31	61
	1331	18866	46680	35.0	2.6	792	490	223	326	4547	9827

Fonte: PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. Subsídios para o estudo de higiene do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Tipografia e Lit. de Carlos Gaspar da Silva, 1890, p.188.

cidade, que se concentravam um maior contingente populacional residente em cortiços ou estalagens. Como podemos verificar na seguinte tabela:

Os dados da tabela mostram que em 1888, havia 1331 cortiços com 18.866 quartos e uma população de 46.680 pessoas. Já o censo realizado em 1890 quantificava a população total do Rio de Janeiro em 518.292 habitantes. Portanto, a porcentagem de habitantes residindo em cortiços era de quase 10%, número bastante significativo.

Segundo dados do relatório de Everardo Backheuser, o custo de vida na cidade era altíssimo, e as ocupações mais modestas eram de péssima remuneração. No período da administração de Pereira Passos, um pedreiro ganhava uma diária de 7\$ a 9\$; um carpinteiro, de 8\$ a 10\$; um canteiro, de 9\$ a 11\$; um calceteiro, de 4\$ a 5\$; um servente, de 3\$ a 4\$ e trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$. Em contrapartida, os preços dos aluguéis das moradias populares eram elevados: não se encontrava alojamento por menos de 20\$ mensais, preço do aluguel de um quarto em casa de cômodos. No caso de famílias, que necessitavam de um alojamento maior, e pudessem pagar por isto, o quarto de duas peças custava por volta de 35\$ mensais. O preço de uma casinha de cortiço variava entre 50\$ e 60\$, e pelas casas em 'avenidas', as mais caras, cobrava-se em torno de 80\$ a 100\$.²⁴

Adicionando-se as informações recolhidas por Lia de Aquino Carvalho, sobre as ocupações dos moradores por áreas, conseguimos ter

TABELA 2

Tabela 2 - Profissões nas Diversas Paróquias (1870)

Profissões	Santana	Sacramento	Santa Rita	São José	Glória	Santo Antonio	Engenho Velho	Lagoa	Espírito Santo	Candelária	São Cristóvão
Eclesiásticos	22	23	53	195	24	15	14	39	6	4	9
Militares	1.284	85	1.282	630	1.296	68	171	632	52	-	34
Empregados Públicos	684	287	203	294	283	356	185	128	324	12	167
Profissão Livreira	361	351	117	363	334	423	127	189	220	170	107
Comerciantes	2.144	4.157	2.838	2.497	1.390	1.311	425	609	526	4.512	605
Capitalistas	22	25	8	66	25	39	16	19	4	14	3
Proprietários	190	110	95	104	245	114	106	109	105	15	125
Lavradores	28	29	8	12	13	10	78	190	38	4	58
Pescadores	98	6	64	41	21	3	-	93	7	-	153
Marítimos	87	19	739	387	44	8	13	13	62	18	34
Manufatura, Artes e Oficinas	6.611	7.308	5.244	6.343	4.403	4.113	1.528	1.377	3.093	1.413	945
Agências	224	212	193	221	51	1.083	327	66	89	47	511
Serviço Doméstico	6.604	4.716	5.668	3.032	3.503	2.516	4.701	4.549	4.048	1.454	2.716
Sem Profissão Conhecida	14.327	7.101	7.298	6.045	6.992	7.368	5.504	3.291	2.222	1.576	3.805

Fonte: Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, vol. 1

Lia de Aquino Carvalho

uma visão mais aprofundada do perfil dos moradores das habitações coletivas do Rio de Janeiro.

Assim, constatamos que eram nas freguesias mais centrais, ocupadas desde o início do século pelas atividades comerciais, artesanais e manufatureiras da cidade, aquelas que concentravam um maior contingente populacional residente em cortiços ou estalagens. Nas freguesias de Santana, Santo Antonio, Glória e Espírito Santo, as com maior número de habitantes residindo em cortiços (tabela 1), as ocupações dominantes (tabela 2) são, para todas: em manufaturas, artes e ofícios; em serviços domésticos e comerciantes. O grande número de habitantes com profissão desconhecida nestas áreas é bastante emblemático, pois apontam para indivíduos que estão inseridos num mundo de trabalho informal, onde não possuem ocupação fixa, ou mesmo apontam para um grande número de possíveis desempregados.

Os dados aqui apresentados tem por objetivo precisar tanto as informações sobre a população pobre do Rio de Janeiro desta época, como também, acrescentar mais dados ao quadro da crise habitacional na cidade.

3 - A substituição das habitações populares insalubres por habitações higiênicas: as vilas operárias e as avenidas.

Logo se estabeleceu uma relação entre a insalubridade da cidade e as habitações coletivas populares. Essas moradias foram identificadas como principal foco gerador das moléstias que provocavam as epidemias no Rio de Janeiro, como a Febre Amarela e a Cólera. O ambiente destas habitações, uma vez que concentrava grande número de populares sob o mesmo teto, também foi considerado uma ameaça à ordem social. A localização das moradias populares na região central, onde também estavam situadas as principais sedes governamentais reforçaram a temeridade de levantes sociais. Portanto, a erradicação desse tipo de habitação controlaria não só as epidemias, mas também as classes populares. Embora não tenha sido comprovada na prática, o problema da habitação popular seria resolvido através de uma política de construção de habitações higiênicas.

Tal empreendimento efetuou-se a partir da sintonia entre os interesses do Estado e do capital industrial e financeiro. Neste processo de substituição das habitações coletivas populares, consideradas insalubres, por um tipo higiênico de moradia popular – as vilas para trabalhadores e as avenidas – destacaram-se os médicos sanitaristas e os empresários do setor imobiliário, que foram os responsáveis pela divulgação e introdução de um “modelo higiênico” de habitação coletiva no Rio de Janeiro. Assim coloca a historiadora Lia de Aquino Carvalho:

“Em relação a essa questão, existia uma conformidade entre os diversos setores implicados no assunto, fosse o Ministério do Império, a câmara Municipal ou a junta Central de Higiene Pública e Imperial, a Academia de Medicina. Todos eram concordes em que uma das necessidades básicas para que se encaminhassem os melhoramentos materiais da cidade era a extinção dos cortiços e a sua substituição por habitações populares mais higiênicas.”²⁵

Para tanto, o discurso higienista fora ampliado e utilizado pelo Estado e pelo setor da construção civil, como podemos ver no seguinte parecer efetuado pelo engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto²⁶:

"Aos cortiços não faltam somente ar e luz; a escassez do espaço; a ausência de distribuição racional de arranjos interiores; a péssima qualidade dos materiais de que são construídos; a falta absoluta de drenagem do solo e edifícios; a insuficiência d'água; latrinas e esgotos; a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos; e mais que tudo a aglomeração dos indivíduos, só comparável a dos animais nos estábulos, transformar estes tristes abrigos das classes proletárias da capital do Império em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miséria e degradação... (por isso), quando a febre amarela se manifesta no Rio de Janeiro, o seu ponto de partida é de ordinário o cortiço... Não basta, porém, mandar fechar ou demolir os atuais cortiços... antes de se terem construído outras (habitações) melhores..."²⁷

A construção das vilas operárias

De maneira consensual e embasada nos estudos sobre medicina sanitária e urbanismo produzidos na Europa no decorrer do século XIX, as comissões responsáveis pelo melhoramento da situação da moradia popular no Rio de Janeiro, estabeleceram como tipo ideal de habitação salubre a 'vila operária'. Nos diversos pareceres elaborados sobre essa questão, a construção dessas vilas operária deveria seguir algumas regras²⁸, como por exemplo: a necessidade de insolação derivada não da luz direta do sol, mas da claridade advinda da reflexão dos raios solares na abóbada celeste, e por conseqüência, a altura da casa como sendo uma vez e meia a largura da rua; o uso sistemático das varandas abertas, arejadas, não muito largas de modo a não transformar as salas e quartos em alcovas; o fim da rigidez quanto ao alinhamento das ruas evitando-se o paralelismo monótono das fachadas; e finalmente, a arborização das ruas e a destinação de um espaço para jardins ou parques, de incalculável valor moral e higiênico²⁹.

Quanto ao modo de agrupamento das casas a única habitação considerada como de todo aconselhada era a habitação isolada. No entanto, devido às circunstâncias³⁰ e à necessidade do barateamento das construções havia pelo menos quatro tipos distintos: a casa geminada, o tipo moulhosiano dos grupos de quatro casas ladeadas por jardins; as casas dispostas em filas e as grandes habitações coletivas, formadas de

um só prédio, dividido em vários cômodos, constituindo pela sua reunião, residências separadas.³¹

Em relação à casa propriamente dita, quanto ao modo de arranjo dos cômodos internos, os higienistas apontaram várias concepções como sendo as mais aconselhadas. Havia desde da casa com doze cômodos, proposta por Augusto Conte, em sua Política Positiva; àquelas que não tinham senão sala, dormitório e cozinha, ou mesmo as que reduziam os moradores a um único cômodo. Sobre esta controvérsia, o historiador Francisco Carlos Fonseca Elia acrescenta-nos:

“A impossibilidade de se adotar a casa-tipo-ideal, era resultado das questões básicas que recaíam sobre a habitação operária naquele momento e que eram: a barateza, a salubridade e a proximidade do trabalho.”³²

Em resumo, as partes componentes de uma casa poderiam ser divididas em dois grandes grupos: locais de permanência diurna (sala e cozinha) e locais de permanência noturna (quartos). No discurso técnico da época, estes diversos componentes foram caracterizados da seguinte forma: a sala de reunião era a parte mais importante da casa; já que, diferente dos países frios, a cozinha não precisava ser o local de reunião da família; os quartos deveriam ter permanentemente ventilação e renovação do ar; o pé direito nunca deveria ter menos de três metros; os corredores deveriam ser arejados e iluminados; as escadas deveriam ser construídas com material incombustível, além de servirem como chaminé para a passagem de ar viciado; as varandas só deveriam ser de madeira por motivos estritamente econômicos; as latrinas deveriam ficar afastadas da casa; o quintal serviria como lavanderia, lugar para brincadeira de crianças e construção de galinheiros; o jardim era visto como local imprescindível devido a necessidade de sociabilidade dos operários; a dispensa deveria ficar próxima da cozinha; os telhados de forma chata deveriam poder ser transformados em terraços; e por fim, os porões como um necessário arejamento e altura serviriam como elemento de isolamento da umidade do solo.³³

O incentivo para a produção desse tipo de moradia higiênica e barata para o operariado iniciou-se no período imperial. Esta política habitacional consolidou-se com medidas que, por um lado coíbiam a manutenção e proliferação de habitações coletivas insalubres nas áreas

centrais, e por outro, incentivavam a produção de novas habitações higiênicas.

Assim, a partir de 1873 o Estado proibiu a construção de estalagens nas regiões centrais e ampliou progressivamente a área interdita. Na década de 1890 fechou várias habitações coletivas, demoliu outras tantas e proibiu definitivamente novas construções de estalagens e cortiços em toda a cidade e qualquer conserto nas que já existiam. Ao mesmo tempo, o incentivo à construção de casas higiênicas consolidava-se a partir de uma política de concessões de favores a construtores desde 1875. Conforme resume Lilian Fessler Vaz:

"As primeiras concessões garantiam aos empresários o direito de desapropriação de prédios e terrenos necessários à realização de projetos, e a isenção de impostos durante vários anos e das taxas alfandegárias para a importação de materiais de construção."³⁴

Já nos primeiros pedidos de concessão, os empresários construtores se depararam com uma dificuldade na aquisição de terrenos para a construção das vilas higiênicas. Para resolver o problema, os concessionários requisitaram a substituição *in loco* dos cortiços e estalagens pelas habitações higiênicas. Esta proposta foi de encontro aos interesses do setor da construção civil que, visando a valorização dos terrenos decorrente das reformas urbanas da região central, pretendia a desapropriação e demolição das habitações coletivas desta área. O Estado procurou de várias formas contornar o problema, mas no fim, esteve mais comprometido com os interesses especulativos do que com a política de concessões.

Dessa maneira, a produção de vilas operárias pelos concessionários foi extremamente modesta. Dentre os inúmeros pedidos de concessão aprovados, apenas treze concessionários - três empresas de construção, quatro indústrias têxteis e seis bancos construíram casas. Segundo os levantamentos de Lilian Fessler:

"Entre 1887 e 1895 as companhias de Saneamento do Rio de Janeiro e Evóneas Fluminense construíram moradias para 6.800 operários; a companhia Fiação e Tecidos Aliança para 420 operários; e a Fábrica de Tecidos São João, o Banco Operário e a Companhia Technico Construtora, para 1.200 operários, num total aproximado de 8.420 pessoas."

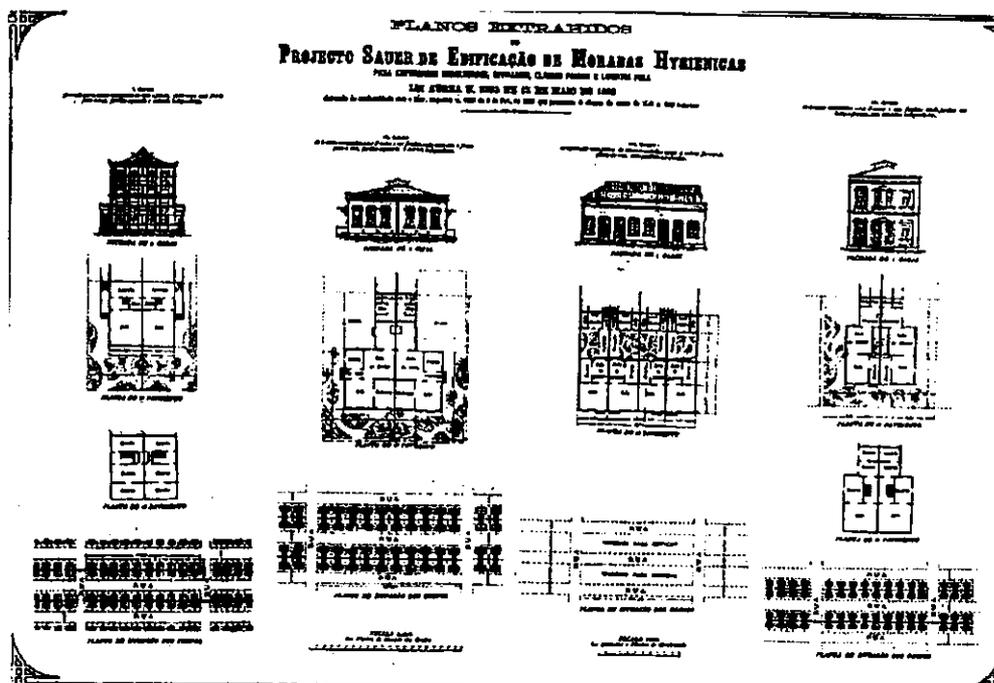
A fábrica de tecidos Aliança construiu casas operárias em 1888 e 1893. Era uma vila com 144 casas de quatro a cinco cômodos, que alojavam mais de oitocentas pessoas, segundo levantamento de Lia de Aquino Carvalho.³⁵ Nessa mesma pesquisa, verifica-se a construção de casas térreas e de dois pavimentos, que alojavam cerca de mil pessoas, pela fábrica Corcovado, na Gávea.



VILA OPERÁRIA DA
FÁBRICA ALIANÇA.
C. 13
FOTO: AGORU.

Porém, informações mais completas têm-se das vilas construídas pela empresa construtora Companhia de saneamento do Rio de Janeiro. Beneficiada por um decreto em 1888, a companhia recebeu as seguintes vantagens do governo: isenção de direitos alfandegários sobre materiais de construção importados, isenção de 15 anos do pagamento do imposto predial e direito de desapropriação para construção de casas operárias.

A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, dirigida pelo empresário Arthur Sauer, construiu entre os anos de 1890 e 1892, cinco vilas operárias. O objetivo da empresa era construir habitações higiênicas nos quarteirões das freguesias de maior concentração de cortiços e estalagens. Assim, em 1890 a companhia iniciou a construção da sua mais



PROJETO PARA VILAS
OPERÁRIAS
C. 14
FOTO: AGORU

importante vila operária, a Rui Barbosa, localizada no centro da cidade, na esquina da Rua dos Inválidos com a Rua do Senado, abrangendo uma área de 25.000 m².

A vila Rui Barbosa tinha um corpo central, corpos extremos com três pavimentos e corpos intercalados com dois pavimentos. As habitações desse segundo grupo



VILA OPERARIA RUI BARBOSA.
ANO DE 1912.
FOTOG: Augusto Malta.

tinham o andar térreo destinado ao alojamento de famílias, sendo o andar superior constituído por um longo corredor com quartos para solteiros. Ao todo eram 145 casas para famílias e 324 cômodos para solteiros. Para vigiar o pavimento dos solteiros, a companhia determinava que em cada extremidade do corredor residisse um casal, acreditando que, dessa forma, seriam mantidas a ordem e a decência. As casas destinadas às famílias possuíam banheiros e latrinas privativas, já nos quartos para celibatários eram equipamentos comuns. Assim é descrita a disposição geral das casas da vila Rui Barbosa, em relatório de 1904, de Everardo Backheuser:

“Cada casa de família tem a sua latrina, o seu banheiro, a sua cozinha, o seu quintal completamente independentes, de modo a manter isolado o recato de cada lar, embora, pela proximidade das habitações, vejam-se obrigados os moradores a um salutar convívio social. Os commodos para solteiros não teem naturalmente as suas dependencias isoladas; cada grupo de 12 quartos tem, porém, a sua latrina e o seu banheiro.”³⁶

Além das casas para a moradia, a vila Rui Barbosa possuía alguns equipamentos coletivos e pequenas lojas, como uma lavanderia, um forno de incineração de lixo, dois armazéns de secos e molhados, um açougue, uma farmácia, uma carvoaria, um restaurante e uma sapataria.

Outras três vilas da companhia foram construídas em 1891: a vila Arthur Sauer, com 89 casas e 22 quartos para solteiros, situada no Jardim Botânico nas proximidades da fábrica de tecidos Carioca e com uma área

de 51.000m²; a vila Senador Soares, com 60 casas numa área de 44.000m², no bairro de vila Isabel, próxima à fábrica de tecidos Confiança Industrial; e a vila Maxwell, na mesma localidade, com 11 casas numa área de 11.200m².

Finalmente, em 1892, principiava-se a construção da quinta vila operária da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro: a vila Sampaio. Próxima à estação ferroviária de Sampaio, a vila era formada por 66 casas, num terreno de 20.000m².

Estas vilas, embora menos aparatosas que a vila Ruy Barbosa, apresentavam a preocupação com o arejamento e a iluminação. Além disso, as casas possuíam cada uma latrina, banheiro e cozinha independente, o que era considerado a grande novidade e melhoria na habitação popular:

“Ha typos os mais variados comprehendidos nas casas acima indicadas, desde a pequena casinha com dous commodos apenas (uma sala e um quarto), até a mais espaçosa, mais ampla, mais confortável, com duas salas e tres quartos, tendo sempre, todas ellas –é bom repetir –cozinha, latrina e quintal; e entre esses dous typos extremos existe uma série de outros em que varia, quasi que somente, a disposição relativa dos aposentos, sendo, ora dispostos deste, ora daquelle modo, detalhes que só a comparação das plantas (o que me foi vedado reproduzir) poderia elucidar.”³⁷

Segundo o pedido de concessão aprovado pelo governo em 1888, a companhia estava comprometida a construir seis categorias diferentes de habitação, três destinadas para solteiros e três para famílias. Moradias que deveriam abrigar um total de 3.000 moradores. Essas habitações deveriam submeter-se algumas daquelas regras já anteriormente comentadas neste estudo, enunciadas no relatório de Luiz Raphael Vieira Souto³⁸. Segundo Lillian fessler Vaz, algumas delas não foram cumpridas:

“A Companhia se obrigava a obedecer a uma série de exigências construtivas, de comercialização e de manutenção, nem sempre atendidas, que incluíam o emprego de materiais construtivos de qualidade; a elevação do piso de 0,50cm. acima do solo, o revestimento em azulejo ou cimentado de paredes e pisos de cozinha, lavadouros, latrinas e banheiros; a ventilação natural dos cômodos, a ventilação das coberturas; os pés-direitos mínimos de 4,40m. no primeiro piso e de 4,00m. no segundo; as entradas individuais e separadas de cada casa.”³⁹

Embora a procura por essas vilas para moradia fosse grande, permanecia o problema da habitação popular: a cidade ainda possuía uma enorme população vivendo nas habitações coletivas em precárias condições de higiene. Apesar do discurso humanitário que envolvia a discussão sobre os meios de melhorar as condições da habitação popular, a política estabelecida para solucionar o problema, parecia mais atender ao proveito e vantagem das empresas construtoras do que às necessidades de moradia das classes pobres.

No próprio relatório de Everardo Backheuser, elaborado em 1904, verifica-se a inadequação de algumas dessas moradias para seus habitantes, ou mesmo, a insuficiência destas, que teve como consequência a desobediência dos critérios a que estavam submetidas, como podemos observar na seguinte passagem:

“Das outras *Villas* a mais importante é a Arthur Sauer, que ainda tem corpos em dous pavimentos, predominando, porém, como nas demais, o andar terreo assobradado. Na *Villa* Sauer, as casas em dous pavimentos são pouco procuradas, já por serem mais caras, já por ser augmentada a labuta da mãe da família em constantes subidas e descidas. Succede então que duas famílias se cotisam, ocupando uma os baixos e outra os altos da mesma casa;”⁴⁰

A interdição dos cortiços e estalagens, a demolição de vários destes e a impossibilidade legal de reformar ou consertar os que ainda existiam, revelam o descaso com a população que ali residia. A produção de vilas operárias, além de não suprir a demanda de moradias, beneficiava apenas uma parte das camadas populares: aquela ligada ao trabalho fabril. Entretanto, a maioria da população de baixa renda que residia nas habitações coletivas, trabalhava no mercado informal de prestação de serviços – como pedreiros, carregadores, catraieiros, em serviços domésticos, etc. – ou em modestas profissões autônomas, como vendedores ambulantes, engraxates, etc.

Dessa forma, a iniciativa dos empresários de construir vilas operárias, visava sobretudo a especulação imobiliária, enquanto que para os industriais, era um meio de cativar a então escassa mão de obra disposta a trabalhar no setor industrial e efetivar um controle direto sobre esta força de trabalho. Como ressalta Lia de Aquino Carvalho:

"(...) O fornecimento pela indústria de bens de consumo coletivo, como a moradia, a um operariado em formação, permitia a transmissão de todo um modo de vida, no qual os valores da ideologia burguesa criavam um comportamento adequado ao operário produtor da mercadoria."⁴¹

A construção das 'avenidas'

Assim, a crise habitacional da capital federal não havia sido solucionada com a construção de vilas operárias. E, paralelamente, foi surgindo outra alternativa de habitação popular, a 'avenida'. Durante a década de 1890, as 'avenidas' eram simplesmente estalagens modernizadas, ainda ilegalmente. Somente a partir de 1900 que o termo é mencionado nas posturas municipais relativas a construção de novas habitações coletivas.

Este tipo que pode ser considerado intermediário entra a vila operária e a estalagem, foi incentivado pelas novas posturas municipais. Da mesma forma que para a construção das vilas operárias, através de uma política de concessões, o setor empresarial e industrial construiu este tipo de habitação coletiva, que pode ser definido como uma estalagem "higienizada". Essas 'avenidas' foram construídas nos novos bairros que iam se formando em direção ao norte da cidade, como Vila Isabel e Inhaúma, que já iam se constituindo como bairros de classe média.

Os relatórios oficiais da época a definiam constituída por domicílios particulares e independentes, de pequenas dimensões, com instalações sanitárias, cozinhas, água e esgoto, completamente separados, dando todas as casas frente para uma rua central ou lateral.⁴² Sobre as 'avenidas', Lia de Aquino Carvalho comenta:

"Na época da administração Pereira Passos, quando se iniciaram as grandes transformações urbanas, derrubando-se casas para a abertura de ruas e avenidas, e fechando-se outras por serem prejudiciais à salubridade e à higiene, já vamos encontrar um novo tipo de habitação coletiva que, paulatinamente, iria substituindo os cortiços e estalagens: as avenidas."

Everardo Backheuser assim as descreve:

"A 'avenida' é afinal uma estalagem aperfeiçoada. Uma rua central, calçada e com passeios, fica ladeada de casinhas. Essas casinhas, porém, são perfeitamente separadas, com a sua instalação de cozinhas(sic), banheiros e latrinas independentes, bem ladrilhados esses

compartimentos como mandam os regulamentos para as mais ricas residências. Além da rua com serventia commum apenas para transito, cada casa tem sua área espaçosa e cimentada, destinada em geral a lavanderia. Quartos arejados substituem as lugubres alcovas das estalagens."⁴³

O regulamento dos serviços sanitários a cargo da União, em 1904, assim definia a 'avenida':

"uma construção moderna, permitida pela prefeitura, constituída por domicílios particulares, independentes, de pequenas dimensões, com instalações sanitárias e fogos completamnete separados, dando todas as casas para uma rua central ou lateral."⁴⁴

Após a regulamentação da construção das 'avenidas', investidores que haviam adquirido grandes terrenos nos bairros mais afastados, como Vila Isabel, Tijuca, Andaraí, Gávea e Laranjeiras, passaram a construir, progressivamente, estes conjuntos de casas, evitando assim, o custo da abertura de ruas públicas. Já outros investidores aproveitaram para construir 'avenidas' nos fundos dos lotes em que residiam, para obter renda dos aluguéis das pequenas casas.

Segundo levantamento feito por Lilian fessler Vaz, no Censo de 1906, havia 808 avenidas, com 7.212 casas em toda a cidade, número superior ao das estalagens –443, com 4.503 casinhas. As 'avenidas' concentravam-se nos distritos do Andaraí, Lagoa e Inhaúma.⁴⁵

Apesar do significativo número de 'avenidas' construídas, as melhorias higiênicas e construtivas realizadas nessas habitações elevaram o preço do seu aluguel. Os moradores de cortiços e estalagens, teoricamente para quem eram destinadas tais moradias, não podiam pagar pelos benefícios da modernização. Com isso, a substituição de cortiços e estalagens por moradias higiênicas, foi acompanhada pela substituição também de seus moradores. Dessa forma, ainda se colocava o problema da habitação das classes populares na cidade.

Durante a crise habitacional, uma outra alternativa para os despossuídos foi a construção de casebres onde o acesso a terra podia se realizar sem muitas despesas: fora da cidade ou nos seus vazios, os morros.

Em resposta à política urbana que destruiu mais de 1000 habitações populares deixando mais de vinte mil desabrigados e não construiu moradia para a décima parte desta população, tornou-se cada vez mais intensa a ocupação das encostas dos morros mais próximos às regiões centrais da cidade. Já em 1906 everardo backheuser faz o seguinte comentário:

“O Morro da Favela é íngreme e escarpado; as suas encostas e ribanceiras margeiam-se, porém, de pequenos casebres sem higiene, sem luz, sem nada. Para alí vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando alguns palmos de terrenos, adquirem o direito de escavar as encostas dos morros e fincar com quatro mourões os quatro pilares de seu palacete. Alí não moram apenas os desordeiros e os facínoras, como a legenda espalham; alí moram também operários laboriosos, que a falta ou carestia de cômodos atira para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a dureza da habitação.”⁴⁶

Assim, com todas as investidas do governo e do capital privado no sentido de melhorar o modo de vida das camadas pobres da população carioca, sobretudo através da melhoria nas condições de suas habitações, não houve uma alteração significativa deste



MORRO DA FAVELA
ANO DE 1906
FOTO: Augusto Malta.

quadro. A maioria da população que subiu os morros vivia em condições tão precárias de habitação quanto antes no centro da cidade.

Mesmo nas vilas operárias e nas 'avenidas', a alteração no espaço de habitação é pouco expressiva. Pois, apesar das melhorias nas

condições técnicas e de higiene dos projetos, opostas às das habitações coletivas existentes, a sua concepção espacial pouco diferia delas. No caso dos quartos para celibatários, o alinhamento dos cubículos e as instalações sanitárias e de serviço coletivas eram permanências das estalagens e dos cortiços.

O que podemos perceber, tanto nos projetos para as vilas operárias como para as 'avenidas', é a imposição de alguns valores da ideologia burguesa, em particular a preocupação com a privacidade da unidade familiar. A incorporação de melhoramentos de ordem sanitária no interior da habitação, como também a individualização desses equipamentos revelam uma ampliação do domínio individual e privado sobre o coletivo e público, que apontam para uma transição da moradia coletiva para a moradia isolada.

Mas mesmo que no papel os projetos para as novas moradias higiênicas refletissem um momento de transição, muitas vezes a prática não realizava tal experiência. Como ocorreu nas casas assobradadas da Vila Sauer, que, projetadas para abrigar uma única família nos dois pavimentos, Everardo Backheuser já citava em seu relatório de 1906 a ocupação de duas famílias na mesma habitação.

É também interessante notar, que as melhorias propostas para as habitações populares inserem-se num questionamento mais amplo de hábitos e costumes. a insalubridade do ambiente interior, físico e moral, das moradias populares incomodava as elites, tanto quanto a relação dessa população com o espaço público da cidade.

A insalubridade das habitações coletivas existia de fato, mas não era apenas na moradia popular. Escolas, quartéis, hospitais e fábricas também careciam de condições de higiene e salubridade tão prejudiciais à sociedade quanto a situação nas habitações coletivas populares. O depoimento de uma preceptora alemã que reside no Rio de Janeiro nos fins do século XIX dá mostras da precariedade das instalações de outros tipos de habitações, neste caso, trata-se de um colégio interno para moças de boa família⁴⁷:

" 'Meu quarto' é uma alcova sem janelas, dependente de uma sala de aulas e recebendo luz apenas através da porta! (...) Escrevo justamente do quarto da francesa que, apesar da tradicional inimizade é com quem mais me simpatizo nesta casa.

Seu quarto não é muito melhor que o meu, mas possui uma mesa e uma janelinha alta, perto do teto; ao passo que no meu buraco escuro, que

existe em tôdas (sic) as casas brasileiras, sinto-me asfixiada. Devo acrescentar que neste prédio sofremos horrivelmente por causa das baratas, inseto escuro e repugnante, de cheiro pestilento, parecido com o nosso besouro de maio.”⁴⁸

Certamente, várias outras razões amparavam a obstinada campanha para o bem estar físico e moral dos pobres, através da erradicação de suas formas tradicionais e ditas nocivamente insalubres de moradia. Dentre elas, o interesse na especulação imobiliária da região central e no embelezamento da capital, foram bem relevantes. Ainda, o fim do século XIX no Brasil condensou tendências desenvolvidas na Europa durante todo este século, e assim, a medicina higienista e o urbanismo sanitaria chegaram no país com força total. O respaldo técnico-científico legitimou qualquer política de intervenção no espaço urbano. A cidade, grande ‘doente’ do momento, após ‘diagnosticada’, precisava ser ‘curada’⁴⁹. É desta forma que compreende a questão a historiadora Maria Pacce Chiavari, ao analisar as transformações urbanas do século XIX⁵⁰:

“Qualquer que seja o remédio proposto, os ingredientes comuns são: aeração, ventilação, iluminação e limpeza que, nas mãos do Poder, vão-se transformando em decretos, slogans, pressupostos, paradigmas e justificações para qualquer operação demolidora. O Poder cria em volta de suas decisões uma aura soberana de neutralidade técnica, portanto indiscutível, exumando o terror ancestral da morte da espécie e reativando o instinto de sobrevivência. Assim a ação violenta de destruir, desabrigar, cortar, deslocar, transforma-se em conceito positivo de destruição do mal e do seu veículo, a doença, que encarna as noções de ‘obscuro’, ‘velho’, ‘feio’, ‘fechado’, ‘estreito’, ‘tortuoso’, ‘malcheiroso’, ‘impenetrável’, ‘sujo’, ‘sórdido’, ‘pobre’, ‘imoral’.”⁵¹

Finalizando, podemos acrescentar que outro aspecto da Reforma urbana de Pereira Passos, foi para além de um remodelação física do espaço urbano. As elites dirigentes da sociedade também estavam dispostas a reformar a paisagem social da cidade, assim como modernizar o usos dos espaços públicos.

“Ao mesmo tempo em que empreendia, junto com o governo federal, as obras de remodelação da estrutura física da cidade, Pereira Passos semeava um cipoal de interdições destinadas a banir velhas usanças que

negavam o Rio de Janeiro “foros de capital e mesmo de simples habitat de um povo civilizado” Atingiram frontalmente as condições de vida da grande massa popular que residia e trabalhava no centro, e mesmo de segmentos rurais da população carioca. Alteraram-se ou pretenderam alterar –práticas econômicas, formas de lazer, costumes e hábitos profundamente arraigados no tecido social e cultural do Rio de Janeiro.”⁵²

Vários eram os objetivos subjacentes a essas medidas: razões econômicas, controle sanitário, mas sobretudo, valores ideológicos que consagravam formas burguesas de desfrute da cidade. Nesta nova sensibilidade, os antigos hábitos e costumes populares são considerados indignos de figurar na cidade saneada e civilizada. Vários decretos foram criados durante a época das reformas com o intuito de inibir e proibir as vivências culturais e sociais da população pobre nos espaços públicos.

Independente das razões evocadas para justificar estas posturas, elas explicitam um discurso moralizador tipicamente burguês e autoritário ao extremo. A nova missão do Estado era transformar a multidão indisciplinada de “pés descalços” em cidadãos convertidos aos valores e estereótipos que serviram à burguesia européia para o exercício de sua própria dominação. Isto deve ser observado na repressão policial às diversões e manifestações de religiosidade popular como o carnaval, a serenata, a boemia, o candomblé, as festas de Judas e bumba meu boi, etc.

Assim, fazendo parte do mesmo projeto de ‘haussmanização’ do Rio de Janeiro, as transformações na moradia popular conduzidas pelo governo, refletem a incorporação do modo de vida burguês pelas elites brasileiras. A imposição deste modo de vida à população pobre fora empenhado em nome de um progresso que beneficiava primeiramente as elites. Pois a tentativa de reproduzir nas habitações coletivas populares padrões de comportamento burgueses, como a preocupação com a privacidade do lar e da família nuclear, também era uma atividade especulativa da elite, da qual o governo, se não participava diretamente, respaldava sua ação através da política de concessões e da fixação de posturas municipais.

ABREU, Maurício de Almeida —————, Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In "Revista do Rio de Janeiro. Niterói, vol. 1 n2, jan. – abr., 1986, pp. 47-58.

BACKHEUSER, Everardo. Habitações Populares. Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

CARVALHO, Lia de Aquino. Habitações Populares, Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

—————, Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

COSTA, Angela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Virando séculos 1890-1914 No tempo das certezas. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

DAMAZIO, Sylvia F. Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século, Rio de Janeiro, Ed. da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.) O Rio de Janeiro de Pereira Passos, Rio de Janeiro, Patrocínio Shell, 1985.

ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. A habitação popular no Rio de Janeiro. in "Seminário: Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República" Rio de Janeiro, fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

PERROT, Michelle (org.). História da Vida Privada –v. IV: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

REIS Filho, Nestor Goulart. Habitação Popular no Brasil:1880-1910. in Cadernos de Pesquisa do LAP n.2. São Paulo, FAUUSP, 1994.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições, Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

SEVCENKO, Nicolau e NOVAIS, Fernando (orgs.). História da Vida Privada no Brasil – Da Belle Époque à Era do Rádio. v.4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SOUTO, Luiz Raphael Vieira. In Pareceres Sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações destinadas às Classes Pobres (apresentados pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública na Sessão de 8 de julho de 1886) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

TEIXEIRA, José Maria, In Pareceres Sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações destinadas às Classes Pobres (apresentados pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública na Sessão de 8 de julho de 1886) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. in PECHMAN, Robert Moses e TRAMONTANO, Marcelo. Novos Modos de Vida. Novos Espaços de Morar. Tese de doutoramento apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 1998.

VAZ, Lilian Fessler. Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo. Dissertação de mestrado PUR/UFRJ 1985.

————— Modernidade e Moradia – Habitação Coletiva no Rio e Janeiro. Séculos XIX e XX, Rio de Janeiro, FAPERJ/ 7LETRAS, 2002.

¹O projeto de pesquisa é intitulado "Morro da Providência: a história da formação da primeira favela carioca (1890-1930)" e propõe a compreensão do deslocamento da população pobre desta cidade, que vivia em habitações coletivas na região central, para o Morro da Providência. Neste processo serão avaliadas as transformações nos modelos de habitat e a relação entre o indivíduo e a produção do seu espaço, dentre outros aspectos que incluem, por exemplo, uma compreensão teórica e posterior avaliação das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro no período destacado.

²Três autores importantes que desenvolvem o tema são: Lia de Aquino Carvalho em "Habitações Populares" Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

Lilian Fessler Vaz em "Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular . As habitações coletivas no Rio Antigo." Dissertação de mestrado PUR/UFRJ 1985 e Oswaldo Porto Rocha em "A era das demolições", Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995

³ Lilian Fessler Vaz é professora da faculdade de arquitetura e urbanismo da UFRJ, e estuda a habitação da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.

⁴Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro –séculos XIX e XX." Rio de Janeiro, 7letras, 2002, p24

⁵Gladys Sabina Ribeiro: "Cabras e pés-de-chumbo: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro 1890 –1930. 1987 p.32."

⁶ Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro –séculos XIX e XX, op. cit. p.25.

⁷ Oswaldo Porto Rocha, em sua obra *Era das Demolições, Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1986, faz um estudo detalhado das condições e desenvolvimento dos meios de transporte coletivos no Rio de Janeiro na virada do século XIX.

⁸ RECENSEAMENTO do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1907, apud Lia de Aquino Carvalho, "Habitações Populares", op. Cit. P140.

⁹ Paulo César Garcez Marins é historiador e doutor em história pela Universidade de São Paulo.

¹⁰ Paulo César Garcez Marins, "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras." In Nicolau Sevcenko e Fernando Novais (org.) "História da Vida Privada no Brasil" v.3, São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p.132.

¹¹ As freguesias mais afetadas foram as de Santana, Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, que correspondem a atual região do Centro e seu entorno imediato.

¹² Desde a segunda metade do século XIX, ainda no período imperial, relatórios sobre as condições da habitação popular e formas de melhorá-las foram elaborados, como é o caso do relatório.

¹³ Jaime Larry Benchimol, "A Modernização do Rio de Janeiro" in Giovanna Rosso del Brenna (org.) "O Rio de Janeiro de Pereira Passos" Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1985, p.608.

¹⁴ Paulo César Garcez Marins, "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras" op. cit. p.139.

¹⁵ DECRETO n. 391, de 10/02/1903, art.27. apud. Lia de Aquino Carvalho, "Habitações populares", op. cit. p. 133.

¹⁶ Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia" op. cit. p35

¹⁷ Everardo Backheuser, "Habitações Populares" Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, p91.

¹⁸ Everardo Backheuser, "Habitações Populares" Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. op.cit. p.110

¹⁹ idem, p. 110

²⁰ idem, p. 104

²¹ idem p.104

²² Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia" op. cit. p46

²³ Everardo Backheuser, "Habitações Populares" op. cit. p. 107.

²⁴ Sidney Chalhoub, "Cidade Febril", op. cit. p39.

²⁵ Lia de Aquino Carvalho, "Habitações Populares", Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995. p. 154.

²⁶ Ainda durante o Império, este engenheiro e empresário imobiliário solicitou, em 1885, concessões ao governo para a construção de casas

operárias. No ano seguinte, Vieira Souto foi membro do Conselho Superior de Saúde Pública, que opinava sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres.

²⁸ Luiz Raphael Vieira Souto, in "Pareceres Sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações destinadas às Classes Pobres" (apresentado pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública na Sessão de 8 de julho de 1886) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886. p.70.

²⁹ Como podemos observar nos pareceres de Everardo Backheuser (1906), Vieira Souto (1875) e José Maria Teixeira (1886).

³⁰ Everardo Backheuser, "pareceres de Everardo Backheuser (1906), Vieira Souto (1875) e José Maria Teixeira (1886).

³¹ Everardo Backheuser, "Habitações Populares" op.cit. p. 3-51.

³² A localização das vilas operárias é que determinariam a escolha do tipo. Assim, nos subúrbios recomendava-se o tipo isolado e nas regiões mais centrais e /ou mais populosas as casas deveriam se agrupar em duas, quatro, em fila, conforme a densidade censitária e a disponibilidade de terrenos.

³³ Everardo Backheuser, "Habitações Populares" op.cit. p. 3-51.

³⁵ Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia", op. Cit. p. 32.

³⁵ Lia de Aquino Carvalho, " Habitações Populares", op. cit. p.150.

³⁶ Everardo Backheuser, "Habitações Populares"op. cit. p. 92

³⁷ idem, p. 92.

³⁸ idem, p.95.

³⁹ Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia" op.cit. p. 44.

⁴⁰ Everardo Backheuser, "Habitações Populares" op. cit. p.91.

⁴¹ Lia de Aquino Carvalho, "Habitações Populares"op. cit. p.150.

⁴² Everardo Backheuser, "Habitações Populares". op.cit. p.108.

⁴³ Everardo Backheuser, op.cit. p.110

⁴⁴ idem, p.102.

⁴⁵ Lilian Fessler Vaz, "Modernidade e Moradia"op.cit. p. 44.

⁴⁶ Everardo backheuser, "Habitações Populares"p.113.

⁴⁷ Ina Von Binzer nasceu no ano de 1956 em Lauenburg, na Alemanha. Em 1881 partiu, por conta própria, para o Brasil onde ficou até 1884. Na seguinte passagem, após uma difícil experiência como preceptora dos filhos de um fazendeiro de café no interior paulista, a